

Sarney agora quer dividir governo com Congresso

Diante da constatação de que as dificuldades de suas relações com o Congresso acabaram por tornar o país ingovernável, o presidente José Sarney entregou, pelo menos, ao presidente nacional do PMDB, Ulysses Guimarães, e ao ministro de Minas e Energia, Aureliano Chaves (presidente de honra do PFL), o esboço de uma fórmula de regime misto, que aproveitaria, ao mesmo tempo, experiência do parlamentarismo e do presidencialismo.

Sarney, se a sua proposta prosperar, indicará um primeiro-ministro ao Congresso, que poderá recusar nomes apenas duas vezes. Esgotado o critério de rejeição, o atual presidente fará, então, por conta própria, uma terceira escolha, sem precisar do aval do Legislativo. A fórmula Sarney de Governo daria ao Congresso a responsabilidade de indicar parte do Ministério, na vigência de uma espécie de parlamentarismo à brasileira — ou *caboclo*, como preferiu defini-la, ontem à noite, um ex-ministro de Estado.

A experiência presidencialista, no esboço da solução da crise que Ulysses e Aureliano carregam há uma semana, seria traduzida pela nomeação por Sarney, livre de quaisquer pressões, da maioria dos ministros, entre eles os das pastas ligadas às Forças Armadas. Há

dúvidas quanto ao preenchimento das pastas responsáveis pela elaboração e execução da política econômica: se em comum acordo pelo presidente e lideranças do Congresso ou se, diretamente, sem nenhuma conjunção de ordem política ou partidária!

Um influente dirigente do PMDB assegura que o senador José Richa, ex-governador do Paraná, que integra um grupo partidário que vem se opondo às decisões isoladas que o presidente da executiva nacional medevidista, Ulysses Guimarães, vinha tomando, também teria recebido cópia da proposta de regime de Governo integrado imaginado por Sarney.

No Palácio do Planalto, um assessor da Presidência destacou que a intenção de Sarney é a de encontrar, com rapidez, solução para a crise institucional que está embutida nas dificuldades econômicas dos últimos meses e que culminaram com a substituição do empresário Dilon Funaro pelo professor Luis Carlos Bresser Pereira.

Sarney, em suma, chegou a uma conclusão: a de que é necessário que o Congresso, em países em desenvolvimento como o Brasil, tenha mais poder, sem que isso implique, no entanto, a perda da agilidade e da capacidade de decisão e de ação do Executivo.



Aureliano recebeu o esboço de parlamentarismo de Sarney, entregue também a Ulysses



Relator propõe mais uma forma de salvaguarda

Além dos estados de sítio, calamidades, emergência e alarme, a nova Constituição deverá prever o "estado de defesa", conforme proposta do relator da Subcomissão de Defesa do Estado, deputado Ricardo Fiúza (PFL-PE). O primeiro artigo de seu anteprojeto facultaria ao presidente, ouvido o Conselho de Segurança Nacional, a decretação do estado de defesa, para restabelecer, em locais determinados e restritos, a ordem pública ou a paz social. O decreto deverá indicar as medidas coercitivas que vigorarão durante o estado de defesa, que vigoraria no máximo durante 30 dias, e poderia ser prorrogado por mais 30.

O estado de defesa restringiria o direito de reunião e associação e suspenderia a inviabilidade de correspondência, comunicações telegráficas e telefônicas. Na hipótese de calamidade pública, permitiria a ocupação e uso temporário de bens e serviços públicos e privados. Depois de decretar o estado de defesa, o presidente da República teria 24 horas para comunicá-lo ao Congresso, que apreciaria o decreto em dez dias. O relator da subcomissão considera o estado de defesa menos radical que o estado de sítio e por isso seria uma medida preliminar.

"A existência exclusiva do estado de sítio é perigosa em dois sentidos, preliminarmente pela omissão, que deixaria espaço para a evolução da situação anormal e secundariamente pela precipitação da medida, sem que a gravidade da situação exija ou justifique tal providência", disse Fiúza em defesa de seu anteprojeto.

Mas a tônica do anteprojeto é a proteção "às Forças Armadas", às quais dedica sete artigos e 14 parágrafos, estendendo-se sobre a situação funcional dos militares. Começa dizendo que as patentes, com as prerrogativas, direitos e deveres a elas inerentes, são asseguradas, em toda a plenitude, aos oficiais da ativa, da reserva e reformados. Depois, ele diz que os títulos, postos e uniformes militares são privativos dos militares da ativa, da reserva ou reformados.

Em seu zelo pela situação dos militares, Fiúza chega a propor que a Constituição disponha que "os uniformes serão usados na forma que a lei determinar". Estabelece ainda que o oficial das Forças Armadas só perderá o posto e a patente se for declarado indigno do oficialato ou com ele incompatível. E mais: o relator quer que a nova Constituição declare que, enquanto permanecer em exercício, o militar nomeado para cargo público ficará agregado ao respectivo quadro e só poderá ser promovido por antiguidade.



Ricardo Fiúza

Sociedade terá outra chance em dois meses

Quem ainda não conseguiu ver aprovadas suas sugestões pela Constituinte terá uma nova oportunidade dentro de dois meses. Entre os dias 15 de julho e 15 de agosto, poderá apresentar emendas ao anteprojeto de Constituição, desde que assinadas por mais de trinta mil pessoas. Muitas das sugestões enviadas pela população chegaram tarde demais às mãos dos relatores das subcomissões temáticas, que ontem concluíram a entrega de seus pareceres. A participação, a partir de agora, passará a ser mais difícil, embora também mais eficiente, pois a sociedade pode apresentar emendas para serem discutidas pelo próprio plenário da Constituinte.

— É difícil prever se as emendas populares terão boa aceitação ou não — diz o primeiro secretário da assembleia, deputado Marcelo Cordeiro, responsável pela ligação entre os parlamentares e os movimentos sociais.

As emendas deverão ser apresentadas à Comissão de Sistematização da Constituinte, localizada no anexo dois do prédio da Câmara. O relator da subcomissão dispõe de 48 horas, a partir do momento da entrega, para apresentar seu parecer, que será então discutido pelo plenário da comissão. Caso seja aprovada, a emenda entra em discussão no plenário da Constituinte. Se forem recusadas, vão para o arquivo.

Parlamentarismo com 6 anos

BRASÍLIA — Mais uma subcomissão, a do Poder Legislativo, apresentou ontem um anteprojeto dispondo sobre a adoção de um sistema parlamentarista de Governo para o Brasil. O relator da Subcomissão, deputado José Jorge (PFL-PE) disse que a mal sucedida experiência parlamentarista de 1961 não compromete a adoção agora do mesmo sistema, levando-se em conta que o presidencialismo nunca foi garantia de estabilidade neste país. "Iniciada a transição, com a volta do poder aos civis, é necessário consolidar as instituições e a própria democracia", disse o deputado, justificando seu anteprojeto.

Apesar de sua proposta coincidir com a do deputado José Fogaça (PMDB-RS), relator da Subcomissão do Poder Executivo, José Jorge, discorda da adoção de um mandato de quatro anos para o presidente. "O mandato do presidente teria que ser de seis anos, porque se tivermos eleição a cada período de quatro anos isso só vai servir para dar instabilidade ao processo. Se vamos conviver com o risco das quedas de gabinete, como conviver também com a frequente atividade eleitoral?" Ele discorda também da adoção do parlamentarismo com Sarney, como deseja Fogaça.

A mae-mestra do anteprojeto de José Varge é a restauração das prerrogativas do Poder Legislativo com o fortalecimento das comissões técnicas que passam a ter poderes até para discutir e votar projetos de lei, antes que eles cheguem a plenário. As comissões terão poderes também para convocar ministros de Estado, quando necessitarem de informações referentes às suas atribuições. E mais: elas solicitarão ao procurador-geral da República

que mova o Poder Judiciário nas ações de reparos e lesões a direitos individuais ou coletivos.

Numa atividade também inédita, as comissões técnicas passarão a acompanhar, junto ao Poder Executivo, a elaboração da proposta orçamentária, bem como a sua posterior execução. E apreciarão os planos nacionais, regionais e setoriais de desenvolvimento, podendo propor ainda ao Tribunal de Contas da União que realize investigações sobre atividades suspeitas do Governo. Qualquer autoridade ou cidadão estará obrigado a prestar depoimento nessas comissões, sem que isso invalide o trabalho das comissões parlamentares de inquérito.

Ainda no capítulo das prerrogativas, o relator quer introduzir na Constituição a obrigatoriedade da presença do presidente da República na abertura dos trabalhos legislativos, para a entrega da mensagem ao Congresso, tarefa hoje executada pelo chefe do Gabinete Civil. Em sua opinião, isso garantirá ao chefe de Estado uma oportunidade concreta de entrar em contato com o Parlamento, uma vez que o primeiro-ministro, na qualidade de chefe do Governo, o fará cotidianamente, não só em plenário, como nas comissões congressuais.



José Jorge

Deputado quer auditoria para apurar dívida

Com a assinatura de 195 deputados e senadores, entrou ontem à noite na pauta da Comissão de Sistematização da Constituinte um projeto de decisão — de autoria do deputado Hermes Zanetti (PMDB-RS) — que determina a realização imediata de uma auditoria da dívida externa brasileira.

As chances de aprovação são pequenas. "Esta não é uma matéria para ser analisada pela Constituinte", afirmou o relator da comissão, deputado Bernardo Cabral. Entretanto, ele não dará parecer à proposta de Zanetti, como deveria, pois subscreveu o projeto. Por isso, o senador Afonso Arinos (PFL-RJ), presidente da comissão, designará um outro relator especialmente para a matéria.

O projeto de decisão de Zanetti determina "o exame analítico e pericial dos atos e fatos geradores do endividamento externo brasileiro". Estabelece o prazo de 120 dias para a conclusão dos trabalhos, e cria uma comissão especial de representantes de todos os partidos para fazer a auditoria.

SFH poderá não mais atuar em grandes cidades

Todos os recursos captados pelas cadernetas de poupança e pelo Fundo de Garantia do Tempo de Serviço para o financiamento de casa própria somente poderão ser destinados às cidades brasileiras de pequeno e médio portes, caso a Constituinte aprove o anteprojeto elaborado pelo relator da Subcomissão da Questão Urbana e Transporte, deputado José Ulysses de Oliveira (PMDB-MG).

Através desse dispositivo, o mais polêmico da proposta, o relator pretende incentivar a fixação dos habitantes das pequenas e médias cidades e contém o êxodo para grandes centros como Rio de Janeiro e São Paulo.

O anteprojeto afirma que a "função social" da propriedade "tem predominância" sobre os interesses individuais. Ele garante a desapropriação de terrenos urbanos mediante pagamento em dinheiro, ao preço de mercado, mas deduzida a parcela de valorização decorrente de investimentos públicos — como instalação de luz e esgoto — no local.

Todo imóvel adquirido pelo Sistema Financeiro da Habitação será considerado, segundo o anteprojeto, como "bem de família". Isto é, não poderá ser vendido ou servir como garantia de nenhuma dívida, à exceção das contraídas na própria aquisição do imóvel. "Muitas vezes o sacrifício de vinte anos de uma família vai por água abaixo quando, por uma razão qualquer, ela tem de se desfazer do lar que conquistou", justifica Ulysses.

Mudança fiscal é radical

Comissão acaba privilégios e mexe nos juros

BRASÍLIA — Dentre os três anteprojotos dos relatores das subcomissões que integram a Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças, apenas o da Subcomissão de Tributos, Participação e Distribuição das Receitas deverá ser pouco alterado. A reforma tributária proposta pelo deputado Fernando Coelho (PMDB-PE) é descentralizadora e proporciona uma distribuição de renda mais equânime entre as regiões.

O segredo de um anteprojeto que não suscitou grandes polêmicas foi, basicamente, o respeito às tendências manifestadas nas discussões da subcomissão e um malabarismo para equilibrar os interesses dos estados do Sul e os do Nordeste. "A nossa subcomissão é atípica. A questão tributária dá até guerra", explica o presidente, deputado Benito Gama (PFL-BA).

Outra importante ajuda partiu do relator da Comissão do Sistema Tributário, José Serra (PMDB-SP), que, discretamente, assessorou Coelho. O relator da Subcomissão de Orçamento e Fiscalização Financeira, deputado José Luiz Maria (PDS-PI), e o da Subcomissão do Sistema Financeiro, deputado Fernando Gasparian (PMDB-SP), não tiveram a mesma sorte. Embora seja do mesmo estado e partido de Serra, Gasparian não se dá bem com ele. Esses dois relatórios deverão ser substancialmente alterados com emendas e chegaram a ser considerados absurdos.

Taxas de juros — Gasparian elaborou um anteprojeto com 14 artigos, descendo a detalhes mais apropriados a uma portaria do que à Constituição, como atribuições do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal.

"A grande discussão que ocorrerá será o estabelecimento de um parâmetro entre a matéria que deve ou não figurar na Constituição", prevê o presidente da Comissão do Sistema Tributário, deputado Francisco Dornelles (PFL-RJ).

Gasparian propõe que o limite das taxas de juros reais seja fixado em

12% ao ano. Proíbe que bancos estrangeiros autorizados a funcionar no país recebam depósitos ou outra forma de captação de recursos no mercado, e que a União deposite em instituições financeiras privadas os recursos públicos. Proíbe, ainda, que o presidente e diretores do Banco Central tenham exercido, nos últimos quatro anos anteriores à indicação, função de direção em entidade financeira privada.

As únicas propostas de Gasparian que mereceram elogios foram a extinção da exigência da carta-patente para abertura de bancos (o que hoje transforma o sistema financeiro em verdadeiro cartório) e a maior independência do Banco Central, que ficaria impedido de emitir moeda para cobrir o déficit do Tesouro.

Outra polêmica está sendo travada em torno da ideia do relator de se criar uma comissão mista permanente do sistema financeiro no Congresso Nacional, que poderia sustar medidas monetárias, de crédito e cambiais adotadas pelo governo. "O que ele quer é um Legislativo com poderes de Executivo", critica um constituinte.

Nordeste ganha — O piauiense José Luiz Maia (PDS), relator da Subcomissão do Orçamento e Fiscalização Financeira, incluiu em seu anteprojeto um item imediatamente combatido pelos constituintes do Sul e Sudeste: a aplicação de recursos públicos deverá ser diretamente proporcional à população e inversamente proporcional à renda. Na análise de um parlamentar paulista, isso, se ocorrer, "paralisaria o Brasil, levando rios de dinheiro para as regiões mais pobres e exterminando a economia do Centro-Sul".

Com 37 artigos, a proposta de Maia determina que os projetos de lei relativos aos planos de longo e médio prazos e ao orçamento de cada ano sejam submetidos ao Congresso, assim como qualquer alteração da legislação tributária. E toda a fiscalização financeira da União seria feita pelo Congresso. A principal crítica ao trabalho do relator refere-se ao detalhismo. São 14 páginas, nas quais ele fixa, inclusive, que o orçamento das empresas estatais seja incluído no orçamento da União.



José Serra



Fernando Gasparian

Proposta iguala homem e mulher no casamento

O relator da Subcomissão da Família, Menor e Idoso, deputado Eraldo Tinoco (PFL-BA), propôs a legitimação "para efeito de proteção do estado" da união estável entre homem e mulher como entidade familiar, responsabilizando o poder público pela realização pessoal de seus integrantes. O anteprojeto sugere também o fim do conceito de "cabeça de casal", definindo homem e mulher como "sócios com cotas iguais" no casamento. Pela proposta, não haverá mais o filho ilegítimo; nascido dentro e fora do casamento passam a ter direitos iguais. Os menores não poderão mais ser confinados em instituições semelhantes à Funabem, que deixarão de existir.

As teses defendidas pela CNBB tiveram atenção especial por parte do relator, que propõe a proibição de pesquisas científicas em embriões humanos em vida; submete os programas de planejamento familiar à observação das condições de habitação, saúde, educação, cultura e lazer, e as pesquisas e experiências genéticas à aprovação do governo. O menor fica com direito à assistência assegurada desde a concepção, o que privilegia a gestante nos programas governamentais de proteção da criança.

Os integrantes da subcomissão discordaram de alguns pontos do relatório, em especial a deputada Rita Camata

(PMDB-ES), que vai incluir uma emenda sobre a preservação da vida "desde sua concepção", o que inviabilizaria a legalização do aborto e ainda eliminaria excessões previstas hoje, como nos casos de estupro e risco de vida da mãe.

Pastor reage aos avanços

■ A Subcomissão de Família, Menor e Idoso tem uma particularidade de única dentre as 24 subcomissões. Ela é formada por nada menos que cinco pastores evangélicos, resistentes às medidas consideradas "progressistas" na questão de planejamento familiar, métodos contraceptivos, aborto e família. Os pastores são os deputados Roberto Augusto (PTB/RJ), Eliel Rodrigues (PMDB/PA), João de Deus Antunes (PDT/RS), Matheus Iensen (PMDB/PR) e Sotero Cunha (PDC/RJ) — um dos mais intransigentes defensores da proibição do aborto em qualquer caso.

— Se uma mulher quiser, ela pode resistir ao estupro — justificou Sotero Cunha, sob o olhar admirado da presidente do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, Jacqueline Pitanguy.

FALE COM QUEM CONHECE O CANADÁ PALMO A PALMO

A Soletur pesquisou, quilômetro por quilômetro, o Canadá e os Estados Unidos e preparou para você os roteiros mais completos nesses países.



UM ÔNIBUS BRASILEIRO NO

CANADÁ E ESTADOS UNIDOS

- Hospedagem em Hotéis de luxo.
- Guia brasileiro. Inglês ou Francês você só fala se quiser.
- Os roteiros mais completos da América do Norte: 17 ou 27 dias.
- Montreal, Quebec, Ottawa e Toronto 2 noites em cada uma dessas cidades.
- Meia pensão e café da manhã incluídos.



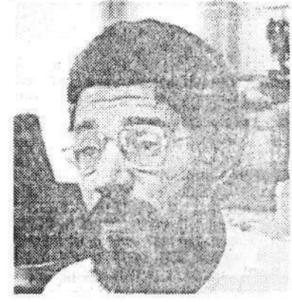
soletur EM TURISMO A NUMERO 1

EMBRATUR N.º 00942 00 41 3
CENTRO: Quintana 20 Sobrelôja Tel 221 4499
COPACABANA: Santa Clara 70 SJL Tel 257 8070
TIJUCA: Saens Peña 45 Loja 10 L Tel 264 4893
IPANEMA: Visc de Pirajá 351 Loja A Tel 521 1188
BARRA: Av Armando Lombardi 800 Loja N
Condado de Cascais Tel 399 0309

Poder absoluto — Projeto da Subcomissão de Garantia da Constituinte dá ao Tribunal Constitucional, composto de 16 juizes, competência para destituir ministros de Estado e até o presidente da República. O relator estabeleceu em anteprojeto 12 funções para o tribunal — que deverá examinar a constitucionalidade das leis e até a decretação dos estados de sítio ou de emergência.

Exagero — Para garantir a aprovação de pelo menos parte de seu anteprojeto da Subcomissão dos Estados, o deputado Siqueira Campos (PDC-GO) exagerou nas propostas. De olho na redenção de Goiás, com o consequente surgimento do estado do Tocantins, Campos saiu remarcando o atual mapa do país e defende a criação de seis novos estados. Um deles, inclusive, nem havia sido proposto durante as discussões da subcomissão: o Juruá, com a divisão do Amazonas. Os outros são o estado do Triângulo, em Minas, Tapajós, Maranhão do Sul e Santa Cruz, com a respectiva divisa Pará, Maranhão e Bahia. Os territórios de Roraima e Amapá seriam transformados em estados e a ilha de Fernando de Noronha reincorporada a Pernambuco.

Parlamentarismo — O ministro da Reforma Agrária, Dante de Oliveira (foto), passou mais de uma hora reunido com o senador José Richa (PMDB-PR), no final da tarde. Ao sair do gabinete de Richa, o ex-deputado das diretas já foi indagado sobre o assunto da conversa. "Essa é a hora de parlamentar", respondeu bem humorado, fazendo alusão ao projeto apresentado pelo senador José Fogaça (PMDB-RS), no dia anterior, propondo um novo regime político para o país, com generosas doses de parlamentarismo.



Pró-memória — O Centro Pró-Memória da Constituinte inaugura às 17h30min de hoje no saguão da biblioteca da Câmara dos Deputados, em Brasília, uma loja semelhante à que já funciona no Rio e em Porto Alegre, destinada a oferecer ao público, através de computadores, informações sobre todas as Constituintes que o Brasil já teve e sobre Constituições de outros países.

Gente demais — O presidente da constituinte, deputado Ulysses Guimarães, comprometeu-se a convocar reunião da Mesa para decidir o caso da Comissão de Sistematização, que, ao invés dos 89 membros previstos no regimento, tem 93. Há mais de um mês, o deputado José Genoíno (PT-SP) levantou questão de ordem em plenário, mas não obteve resposta. Ele voltou à tribuna ontem para insistir no assunto, pois havia reunião da Comissão de Sistematização marcada para a noite. A formação dessa comissão exigiu longa negociação, porque é a mais importante da Constituinte — de lá sairá o texto da nova Carta. A previsão é de que a negociação para retirar os quatro membros excedentes será mais difícil ainda.